

Governo petista se veste de preto

Cristovam Buarque visita obras, coloca panos sobre as placas e protesta contra Justiça que proibiu a propaganda oficial

Lauro Aires e Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

Na festa de aniversário de Brasília, o Partido dos Trabalhadores (PT) trocou o seu tradicional vermelho pelo preto. O governador Cristovam Buarque circulou pela cidade rodeado de assessores usando tarjas pretas nas camisas, representando luto pela decisão do Tribunal Regional Eleitoral em manter a liminar que suspende a publicidade institucional do governo.

O governador visitou as obras da rodoviária com seus tapumes cobertos por lonas pretas, posou para fotos e voltou a reclamar da Justiça. "Brasília merecia um presente melhor no seu aniversário", lamentou.

Cristovam enfrentara, na noite de

segunda-feira, mais uma derrota no Judiciário. Na mesma sessão do Plenário do TRE, perdeu dois recursos para suspender a liminar concedida à ação movida pela direção regional do PMDB. Por unanimidade, os seis desembargadores mantiveram a proibição da publicidade institucional.

Agora o caso está nas mãos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que julga nos próximos dias outro recurso do GDF para suspender a liminar. Se o TSE mantiver a decisão do TRE, o governo pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal ou esperar que o próprio TRE julgue o mérito da ação.

Mas isso não garante que o governo possa veicular sua publicidade. O GDF está ameaçado de permanecer em silêncio até as eleições, em outubro. Isso porque esse último re-

Carlos Moura



Cristovam Buarque circulou por várias obras e disse que vai até as Nações Unidas para reclamar da Justiça eleitoral

curso no STF pode demorar a ser julgado. "Estamos estudando a possibilidade de entrarmos com outro recurso do TSE, contestando a decisão dos desembargadores do TRE

que mantiveram a liminar", adianta o assessor jurídico do governador, Claudismar Zupirolli. "Vou até as Nações Unidas se for preciso", exclamou Cristovam.

VÍTIMA

O PMDB, entretanto, acha que é o GDF quem está tornando o processo lento. "Eles só podem estar agindo de má-fé", acusa o deputado dis-

trital Luiz Estevão. "É muito estranho que a assessoria jurídica tenha cometido tantos erros em um curto período de tempo. Se o governo quisesse divulgar seus anúncios institucionais era só cumprir a lei e omitir os termos GDP e Brasília Legal. Agora, estão posando de vítima", completa.

Zupirolli responde indignado. "É tudo conversa fiada desse deputado. Isso só mostra o arrependimento do PMDB em ter prejudicado toda a população do Distrito Federal com a ação que moveu contra nós. Toda nossa publicidade está proibida", garantiu.

A direção regional do PT organizou para amanhã um ato público no espaço cultural na Câmara dos Deputados em repúdio à decisão do TRE. "Será um ato em defesa da ética no Judiciário. O TRE deveria se envergonhar de sua decisão absurda", ataca o presidente do PT-DF, deputado Chico Vigilante. O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, o candidato do PT à presidência Luis Inácio Lula da Silva e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PSB), foram convidados para participar do manifesto.

PROPAGANDA OFICIAL

TIRA DÚVIDAS

1 O que é publicidade institucional?

É o conjunto de campanhas do governo para informar a população sobre eventos, programas e obras. É uma forma de prestar contas sobre a utilização do dinheiro público. Exemplos: campanhas de desarmamento, informações sobre prevenção de doenças.

2 Por que a publicidade institucional foi suspensa?

Porque o corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Lécio Rezende,

concedeu liminar proibindo as campanhas, em resposta à ação movida pela direção regional do PMDB contra o governador Cristovam Buarque.

3 Qual é a reclamação do PMDB?

O partido alega que Cristovam está realizando propaganda eleitoral ilícita ao utilizar os slogans "Governo Democrático e Popular" e "Brasília Legal" na publicidade do governo. Na análise do PMDB, Cristovam, que é candidato à reeleição, está tirando proveito pessoal das campanhas institucionais.

4 Em que se baseia a reclamação do PMDB?

O partido alega que as campanhas do GDF ferem o artigo 37 da Constituição. De acordo com a lei, da publicidade dos atos, programas e obras de órgãos públicos não podem constar símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores.

5 Qual foi a defesa do GDF?

O governo alega que o slogan usado na publicidade do governo não caracteriza promoção pessoal de Cristovam Buarque. O argumento é

que todos os estados utilizam slogans para identificar suas gestões, até mesmo o governo federal com o programa "Brasil em Ação".

6 Quais os danos da proibição da propaganda oficial para o GDF?

A secretaria de Comunicação avalia que o prejuízo é de R\$ 2 milhões. Esses foram os recursos investidos nas campanhas publicitárias que estão impedidas de serem veiculadas. Além disso, alega que o governo perde todo seu poder de mobilização para assuntos de lazer, segurança e saúde pública. Um exemplo é a campanha contra a dengue. Os

cartazes e folhetos do governo sobre como se prevenir contra o mosquito transmissor não puderam ser distribuídos à população.

7 Até quando a publicidade fica suspensa?

Agora depende de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que vai julgar o recurso do Governo nos próximos dias. Se a liminar for mantida pelo TSE, a publicidade do GDF fica suspensa até que o mérito da ação seja julgado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O processo pode ser arrastar até depois das eleições.

8 O que acontece se o GDF não cumprir a liminar?

Cristovam pode ser processado por crime de prevaricação, que é caracterizado quando uma autoridade pública deixa de cumprir uma determinação expressa em lei ou pela Justiça em benefício próprio.

9 O governo pode ainda recorrer se o TSE manter a liminar?

Sim. Pode entrar com um recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal alegando que o artigo 37 da Constituição está sendo mal interpretado.